

Desafios e possibilidades dos futuros da educação: uma entrevista com António Nóvoa

Challenges and possibilities of the futures of education: an interview with António Nóvoa

Viviane Klaus¹

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
viviklaus@unisinos.br

Leia Raquel de Almeida²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
leiaraquela@gmail.com

RESUMO: O debate acerca da transformação social, que passa pela reinvenção do modelo escolar, vem sendo recorrente nas contribuições de António Nóvoa. Para o autor, é preciso criar condições para que os professores possam contribuir com a transformação dos modelos escolares, fortalecendo a proposição da educação como projeto público. Na entrevista concedida, foi possível retomar e aprofundar alguns dos temas que o autor estuda, entre os quais o futurismo e os futuros da educação; o espaço público e comum da educação enquanto esfera de discussão, de deliberação e de ação; a necessidade de os professores tornarem pública a profissão; a potência da escola enquanto espaço de desenvolvimento profissional docente; as possibilidades de criação de novos ambientes escolares; e a tríade Universidade - Escola - Sociedade, que envolve a construção de uma nova “realidade institucional”, em que haja espaço comum de formação e profissionalização docente.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chave: António Nóvoa; futuros da educação; professores.

ABSTRACT: The debate regarding social transformation, which includes the reinvention of school models, has been a constant in the contributions of António Nóvoa. According to the author, it is necessary to create conditions so that teachers may contribute with the transformation of school models, reinforcing the approach of education as a public project. In his interview, we could revisit and deepen some of the themes the author studies, which include futurism and the futures of education; the public and common space of education as a discussion, deliberation, and action arena; the urge that teachers make their profession public; the power of the school as a space of teaching professional development; the possibilities of creating new school environments; and the triad University - School - Society, which encompasses the construction of a new “institutional reality”, in which there should exist a common space of teaching training and professionalization.

Keywords: António Nóvoa; futures of education; teachers.

Sobre António Nóvoa: trajetória e inspiração

O Professor Dr. António Manuel Seixas Sampaio da Nóvoa nasceu em Portugal, em 1954. Possui uma formação interdisciplinar, que abrange a Educação, a Matemática, as Artes e a História. Realizou Mestrado e Doutorado em Ciências da Educação na Universidade de Genebra e Doutorado em História na Universidade de Paris IV-Sorbonne. Atua como professor titular no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, onde já exerceu a função de Reitor. É autor de mais 250 publicações, editadas em 12 países, entre livros, capítulos e artigos que versam sobre História e Educação, Educação Comparada, formação de professores e transformação da escola. Foi reconhecido como uma “personalidade-símbolo do nicho editorial das revistas pedagógicas” (Aquino, 2022), o que evidencia a relevância de suas contribuições para a educação na contemporaneidade. Em 2023, durante um evento em Portugal, as pesquisadoras Viviane Klaus e Leia Raquel de Almeida visitaram o professor no Instituto de Educação, na Universidade de Lisboa. Após uma conversa sobre suas pesquisas, acordaram em realizar esta entrevista.

Entrevistadoras: Em seu livro *Escolas e professores: proteger, transformar e valorizar*, você menciona as visões fantásticas de um futuro sem escolas e sem professores. Esse tema tem sido debatido intensamente, desde a última década do século XX. No livro, aborda o futurismo da educação a partir de três grupos: os neurocientistas, os especialistas do digital e os defensores da inteligência artificial. Explicita que “Uma das reflexões mais importantes prende-se com a relação entre educação e trabalho” (Nóvoa, 2022, p. 12). Tal relação pauta fortemente as escolas, que, na visão de vários grupos empresariais, teriam como principal função formar sujeitos flexíveis e empreendedores para atuarem no mercado de trabalho do século XXI. O

conhecimento como fator de produção, a cultura útil na lógica corporativa e a era da formação do capital humano são constitutivas de muitas reformas educacionais contemporâneas, como explicita Christian Laval em seu livro *A escola não é uma empresa* (2019). **Em sua visão, a lógica empresarial constitui mais uma tendência que pauta a educação e a escola? Que desafios tal lógica apresenta?**

Nóvoa: Os discursos pretensamente “futuristas” que apontam para o fim das escolas e dos professores, substituídos por outras formas de aprendizagem, nomeadamente digitais, são muito preocupantes. Todos os dias, somos invadidos por notícias de “inovações extraordinárias” que, na verdade, são uma cedência à lógica empresarial. Há alguns anos, Gert Biesta fez a pergunta certa: “Já chegou o tempo de desistirmos da escola moderna e das suas promessas, de entregarmos a escola nas mãos da Pearson, Google e outros capitalistas educacionais, que estão interessados e preparados para fazerem fortunas com aprendizagens personalizadas on-line? Ou devemos voltar a tentar e, nesse caso, por onde devemos ir?” (2019, p. 657). Eu quero continuar a tentar. E meu caminho passa pelo reforço da educação como bem público e comum, pela valorização dos professores e pela transformação do trabalho pedagógico.

Hoje, a privatização já não se destina, primordialmente, a construir uma oferta alternativa de educação privada. Destina-se a controlar a educação pública, as políticas públicas de educação, os professores e sua formação, a produção de materiais de ensino e tecnologias. O mais negativo é a instauração de uma relação individualista e consumista com a educação.

No que diz respeito ao digital, não podemos olhar para as tecnologias e para as plataformas com a inocência de que são apenas ferramentas que podem ser bem ou mal utilizadas. Não são. São dispositivos poderosos, que influenciam profundamente nossas vidas pessoais e escolares, nossas relações com os outros e com o conhecimento e, também, o modo como ensinamos e como aprendemos. Se cedermos à “escola das plataformas”, estaremos a condenar a educação ao tempo rápido, à vigilância permanente, a uma relação consumista com o conhecimento. Precisamos, por isso, valorizar o encontro humano, que exige tempo e não acontece nem num espaço vazio, nem dentro de uma máquina. A relação, a empatia e a reciprocidade, a capacidade de trabalhar em comum, são características humanas. Sem elas, não há encontro.

E sem encontro não há educação. Mais do que reagir às transformações que nos querem impor de fora, nomeadamente através de soluções tecnológicas, precisamos construir nossas próprias dinâmicas de transformação da educação.

Entrevistadoras: Em seu livro *Professores: libertar o futuro*, você diz que nada substitui um bom professor e discute a importância da transformação da educação enquanto projeto público. Menciona que as famílias, as religiões e as comunidades podem construir a educação que considerarem mais adequada, mas que a educação escolar é aquela que se apresenta à humanidade toda, tendo a ciência e as artes como matriz de currículo. Diz também que, em certas ideologias, os pais tentam ditar a “cor” da escola em nome da liberdade de escolha. Vivemos em um tempo de avanço do neoconservadorismo, de invenções constantes de reformas educacionais, que recaem sobre os professores; de políticas educativas que se definem “*contra* os professores e, raramente, ou nunca, com eles, como se só assim se conquistasse a cumplicidade midiática de que a

política se alimenta” (Nóvoa, 2023, p. 42); e do esvaziamento, em alguns espaços escolares, da dimensão coletiva da profissão. **Poderia falar mais sobre o espaço público e comum da educação enquanto esfera de discussão, de deliberação e de ação (Nóvoa, 2023)?**

Nóvoa: Nos últimos anos, coordenei o grupo de pesquisa-redação do último relatório da UNESCO, *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social da educação*. Todo o documento é baseado em uma abordagem humanista e na defesa da educação como bem público e comum. O filósofo Olivier Reboul refere que a educação implica sempre integrar um ser humano na maior comunidade possível e que essa comunidade tem um nome: chama-se humanidade. As famílias podem, e devem, dar a seus filhos a educação que considerem mais adequada. As religiões, também. As comunidades, também. Mas a educação escolar – e sobretudo a escola pública – é de um outro tipo: aqui se apresenta a humanidade toda, e não apenas uma parte da humanidade, uma dada visão familiar, religiosa ou comunitária. Por isso, a ciência é tão importante como matriz do currículo. E as artes, também.

Hoje, é fundamental construir uma educação que respeite e valorize os direitos humanos. Os “antigos” direitos humanos, tal como se encontram consagrados na Declaração Universal de 1948, ainda por se cumprir em tantos lugares e de tantas maneiras, mas também os “novos” direitos humanos, se a expressão me é permitida: os direitos da Terra, os direitos de um digital público e comum, os direitos das mobilidades e dos migrantes, os direitos das diversidades, os direitos das gerações com vida mais longa etc. O grande desafio educativo, hoje, como sempre, é conseguir que essas dimensões de cidadania e democracia estejam presentes em toda a vida escolar, desde as aulas à vivência diária de alunos e professores.

No relatório da UNESCO, apelamos à construção de um novo contrato social da educação, no qual a participação e a democracia são decisivos. Ouvir os alunos e dar-lhes voz. Respeitar os professores e chamá-los a participarem nas políticas públicas. Construir uma participação cidadã na reinvenção da escola pública. As mudanças em curso têm uma dimensão pedagógica, interna à realidade escolar, mas têm também uma dimensão externa, na construção do que designo por espaço público da educação. Não se trata, apenas, de repensar a relação escola-sociedade ou de defender uma maior abertura das escolas às famílias e à sociedade. Trata-se de compreender a necessidade de consolidar uma rede de compromissos e de responsabilidades para realizar a educação em uma diversidade de tempos e lugares. Esse “espaço público” não se resume a organizar, de modo diferente, as atividades escolares; trata-se de inscrever novas modalidades de participação, de cidadania e de deliberação no domínio da educação.

Entrevistadoras: Os professores vivem vários dilemas, em um tempo marcado por transformações profundas na educação, como você pontua em uma de suas reflexões. Considerando seus estudos relacionados à formação dos professores e as perspectivas da educação na contemporaneidade, bem como as incertezas que rodeiam o futuro dos docentes, gostaríamos de saber o que vem mobilizando-o no que diz respeito aos desafios percebidos nos programas de formação docente e a articulação com os saberes dos professores em tempos em que a produtividade e o aperfeiçoamento da técnica que pautam o desempenho e a performatividade, postulada por diversos autores como Stephen Ball, metrificam sua *eficiência*. **Em sua**

visão, como as transformações na formação e atuação dos professores, em meio às pressões por produtividade e discursos performáticos, impactam a educação contemporânea?

Nóvoa: Vivemos uma crise mundial da profissão docente, que tem raízes materiais (baixos salários, fragilidade da carreira, deficientes condições de trabalho etc.), mas vai muito além delas. Refiram-se, em particular, três tendências negativas que estão a redefinir o campo da educação com consequências para a identidade dos professores: i) um discurso “futurista”, que aponta para a ubiquidade das aprendizagens e para um admirável mundo novo digital, à distância, talvez sem escolas e sem professores; ii) a influência crescente de uma poderosa indústria global da educação, que invade as escolas e a profissão com um sem-número de produtos, materiais, manuais, programas, etc., pondo em causa a autonomia dos professores; iii) uma crescente burocratização do trabalho docente, provocada por visões gestionárias e por formas de controle dos professores, com pressões avaliativas muito fortes, que diminuem sua liberdade e colegialidade.

Estamos a assistir a uma corrosão da profissionalidade docente, com reflexos na imagem e na *auctoritas* dos professores. Os nomes por meio dos quais se chamam aos professores – facilitadores, colaboradores, animadores, guias, mentores... – ilustram um problema com a identidade profissional. Traduzem uma diminuição da *auctoritas* no plano individual, mas sobretudo no plano coletivo da profissão. Não se trata, obviamente, de “autoridade” em seu sentido literal. Trata-se de recorrer à raiz etimológica da palavra, *augere*, que significa aumentar, alargar, ampliar, consolidar. A *auctoritas* tem como base um conhecimento próprio, específico dos professores, e uma responsabilidade ética e social. Traduz-se em um reconhecimento individual, em particular no que diz respeito à relação professor-aluno, mas sobretudo em um reconhecimento coletivo, mais amplo, da própria profissão e de seu papel na sociedade.

A *auctoritas* não existe em um espaço privado; define-se em uma esfera pública, em uma ligação com o público. Nesse sentido, é muito importante “publicar a profissão”, expressão algo insólita, mas que se destina a marcar a necessidade de lhe dar notoriedade pública, de valorizar o conhecimento próprio da profissão e de afirmar a responsabilidade comum dos professores. A educação existe em um espaço público. A profissão docente também. Enquanto houver um mestre na Terra, haverá humanidade. Ensinar é viver duas vezes.

Entrevistadoras: Em suas obras, você menciona que “há muitos discursos que referem a impossibilidade de haver práticas consistentes e inovadoras de formação continuada nas escolas [...]” e que “estes discursos prestam um péssimo serviço à profissão, pois conduzem, inevitavelmente, a uma menorização ou desqualificação dos professores” (Nóvoa, 2022, p. 67-68). Menciona também que tais discursos “abrem caminho a um mercado de cursos, eventos, seminários e encontros nos quais especialistas diversos montam o seu espetáculo pessoal para venderem aos professores novidades inúteis sobre o cérebro e a aprendizagem, as novas tecnologias ou qualquer outra moda de momento” (Nóvoa, 2022, p. 68). Sobre isso, inferimos o quanto os discursos do mercado educacional têm adentrado e pautado a educação brasileira e se fazem presentes em reformas curriculares, apostilamentos escolares, formações de professores a partir de saberes e dinâmicas das lógicas corporativas (como é o caso, por exemplo, da formação de professores

empreendedores), lógicas performáticas avaliativas, treinamentos de professores e estudantes para responderem a avaliações externas, enfim. Tais discursos produzem modos de conceber a docência e a escola e minorizam ou desqualificam os saberes docentes. **Gostaríamos de que falasse um pouco sobre a perda da autenticidade docente nessa lógica a que nos referimos e sobre a necessidade de os professores tornarem pública a profissão, que é outro tema que você discute.**

Nóvoa: Nos últimos anos, as dificuldades dos professores têm-se acentuado em todo o mundo. Inúmeros textos e declarações chamam a atenção para a degradação da profissão, de seu prestígio e de suas condições de trabalho, bem como para a carência de professores. Um relatório global da UNESCO, publicado este ano, expõe uma situação alarmante: “A escassez de professores não é apenas um número: é uma crise que mina os sistemas educativos em nível mundial”. (UNESCO, 2024). O *Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Profissão Docente*, reunido neste ano, em Nova Iorque, insiste na necessidade de valorizar e respeitar a profissão docente, assegurando condições de trabalho dignas, salários competitivos, espaço para a voz dos professores na tomada de decisões e oportunidades de desenvolvimento profissional. Também a *Education International*, a federação mundial de associações de professores, bem como diversos grupos, associações e movimentos têm feito apelos no mesmo sentido. É um diagnóstico conhecido de todos, que tem sido objeto de ampla divulgação pública. A realidade brasileira não é diferente.

São muitas as razões para essa situação difícil, mas não é possível deixar de apontar as consequências negativas da crescente comercialização da educação e do uso inadequado das tecnologias e das plataformas digitais, que têm contribuído para a corrosão do espaço público da educação e da missão humanista dos professores. Apesar de o diagnóstico ser conhecido e de apelos urgentes se sucederem para uma ação imediata, têm sido frágeis e insuficientes as iniciativas políticas e institucionais para resolver essa situação. Há uma abundância de discursos e de declarações e uma insuficiência de medidas concretas.

É fundamental pensar a educação e a profissão docente à luz dos direitos humanos. É uma questão central para os professores e para sua *auctoritas*. É esse gesto que permite aos professores afirmarem o caráter público da profissão docente, assumir uma responsabilidade pública dentro e fora das escolas. Nos últimos dois anos, os lemas do Dia Mundial do Professor foram escolhidos com cuidado: 2022, *A transformação da educação começa com os professores*; 2023, *Os professores de que precisamos para a educação que queremos*. Minha sugestão para 2024 seria *Recuperar a grande missão humanista dos professores*, para bem sublinhar o compromisso público da profissão com os direitos humanos.

Entrevistadoras: Como estudioso das artes, você utiliza metáforas para pensar nos espaços escolares como possibilidades de criação coletiva e reinvenção criativa das situações de aprendizagem. Equiparou esses espaços educativos aos ateliês e aos laboratórios e, em uma de suas entrevistas, menciona que vem utilizando a metáfora da “biblioteca para falar da escola do futuro”, destacando a potência de um espaço em que circulam pessoas, projetos e conhecimento, em narrativas produzidas historicamente. Portanto, enfatizando que “novos ambientes escolares não surgirão espontaneamente” (Nóvoa, 2022, p. 45) e que eles serão espaços para que a escola seja reconhecida, conforme sugere o Relatório da UNESCO (2022), “como lugar

de relação, de trabalho, de convivialidade, onde as crianças podem encontrar o mundo e encontrar-se com ele”, urge pensar esses espaços de forma coletiva. **Como poderia nos ajudar a pensar os espaços educativos a fim de que estimulem o trabalho cooperativo entre professores e destes com seus alunos, dando-lhes condições para tal e fazendo da escola realmente esse grande ateliê de construção criativa e significativa das aprendizagens? Que elementos poderiam ser considerados na criação desses espaços?**

Nóvoa: Uma das questões centrais da transformação da escola passa pela criação de novos ambientes educativos. Tradicionalmente, o modelo escolar organiza-se em torno da “sala de aula”, na qual um professor dá lições aos seus alunos. A sala de aula é uma realidade importante, pois, como diz bell hooks, continua a ser um espaço protegido, com inúmeras possibilidades para uma educação transformadora. Mas, hoje, precisamos também de outros ambientes educativos, abertos e diversos, nos quais professores e alunos possam trabalhar em cooperação. Talvez a escola do futuro se pareça mais com uma grande biblioteca ou um laboratório... do que com uma escola!

O mais importante é a criação de ambientes educativos, dentro e fora das salas de aula, que permitam o trabalho em comum entre alunos e entre alunos e professores. Temos de repensar a arquitetura das escolas, pois a estrutura física dos edifícios e dos espaços influencia profundamente nossos comportamentos e possibilidades pedagógicas. Mas o problema não é apenas arquitetônico, obviamente. Trata-se de pensar a educação como um ato comum e de criar as condições para que este ato comum se possa realizar.

Para que servem as escolas?, perguntou, um dia, Olivier Reboul. E respondeu: para sermos livres e não estarmos sós. Os novos ambientes educativos devem promover a liberdade, mas uma liberdade com os outros. Nos últimos anos, temos falado, talvez em excesso, de “aprendizagens” e de “aprendizagens personalizadas”. Precisamos recuperar uma ideia de educação que é mais ampla do que a referência única às aprendizagens.

Os novos ambientes educativos devem ser favoráveis a uma pedagogia do diálogo e da reciprocidade; devem ser lugares de entusiasmo e de criatividade; devem permitir que cada criança vá o mais longe possível em sua “capacidade de aspirar”, para recorrer à expressão de Appadurai. Volto à pergunta: para que servem as escolas? Atrevo-me a mais uma resposta: para libertar o futuro, para abrir novas possibilidades de futuro aos alunos e às sociedades. No dia em que perdermos a “capacidade de aspirar”, definida em seu sentido cultural, e não apenas individual, a escola tornar-se-á inútil.

Entrevistadoras: No 19º. Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação: Cenários Atuais e os desafios da Educação para a próxima década, realizado em Cuiabá, Brasil, em 2023, você compartilhou três conselhos fundamentais para transformar a escola e libertar o futuro: um conselho aos políticos, um aos gestores e outro aos professores. **Acreditamos que tais conselhos se traduzem em contribuições importantes para o campo educacional. Poderia retomá-los aqui?**

Nóvoa: Os processos de transformação e de metamorfose da escola não se constroem a partir de novas leis, reformas ou tecnologias, mas através da criação de condições para partilhar ideias e experiências, com liberdade. É preciso mudar de método na maneira de pensar a educação, devolver o poder às escolas e aos professores, valorizar o trabalho de quem quer experimentar e fazer diferente, celebrar um pacto com os professores. É uma verdadeira revolução na maneira de conceber e concretizar as políticas públicas de educação.

Sim, em Cuiabá, atrevi-me a dar três conselhos, com humildade, mais como propostas de reflexão. No caso dos políticos, sugeri o esquecimento de uma lógica da reforma (“de cima para baixo”) e a adoção de uma perspectiva de transformação (“de baixo para cima”). Não será através de leis ou reformas que se mudará a educação. Não se trata de trazer uma novidade que não existe. Nada começa do nada. Trata-se de explicar a novidade que já existe, nas ideias e nas ações de muitas escolas e professores.

No caso dos gestores, propus o afastamento de uma visão dirigista e o esforço para a criação das melhores condições para a participação de alunos e de professores, e para a realização de um trabalho conjunto nas escolas. Precisamos conhecer e reconhecer o que já se faz e conseguir que essas “histórias” sejam inspiradoras dentro das escolas e mesmo em outras situações e contextos.

No caso dos professores, referi a necessidade de assumir com confiança iniciativas pedagógicas, em colaboração com os colegas, e partilhar e publicar os resultados obtidos. Dar voz aos professores. Retirá-los do lugar de espectadores. Tornar público seu trabalho. Abrir novas possibilidades. Construir e partilhar experiências e experimentações.

Valorizar o presente é a única maneira de manter aberto o futuro, não para o antecipar ou controlar, mas para assumir a incerteza como lugar de novas possibilidades. Hoje, o otimismo é um absurdo. O pessimismo é uma irresponsabilidade. Mas há um terceiro caminho, elaborado e reelaborado ao longo de uma vida por Ernst Bloch: a esperança cultivada.

O futuro é plural e coletivo. A falta de perspectivas é pior do que a dimensão dos problemas. A educação não é homogênea. É feita de muitas realidades diferentes. Distintas e singulares. Definidas por gestos individuais e coletivos. Nada é mais decisivo do que o esforço para tornarmos consciente o que já sabemos e fazemos. Para isso, precisamos criar espaços de conversa e de diálogo, para pensar, agir e trabalhar em comum; precisamos contar histórias uns aos outros e as partilhar em um espaço público. É assim que se transforma a educação.

Entrevistadoras: Sabemos que você teve papel importante na internacionalização da universidade portuguesa, especialmente como idealizador e coordenador de inúmeros projetos acadêmicos coletivos, aos quais agregava pesquisadores estrangeiros, ampliando o repertório e as trocas culturais e de conhecimento entre o grupo. No livro *Professores: libertar o futuro*, você reforça a importância do trabalho na tríade Universidade - Escola - Sociedade. No entanto, você alerta para o fato de que “não basta construir caminhos de colaboração ou de parceria”; é preciso construir uma nova “realidade institucional”, em que haja espaço comum de formação e profissionalização docente. **Como fazer esse espaço comum acontecer nas**

Universidades espalhadas pelo país, democratizando o debate sobre a construção do conhecimento acadêmico em consonância com os desafios da educação do futuro?

Nóvoa: A universidade assumiu a responsabilidade pela formação de professores, mas nunca lhe concedeu um estatuto próprio, uma identidade própria, um lugar próprio, transversal; nunca lhe deu centralidade. Frequentemente, as licenciaturas, e mesmo as pós-graduações (acadêmicas e profissionais) na área do Ensino, funcionam mais como um “prolongamento” (uma “ampliação”, uma “extensão”) das diferentes áreas científicas do que como um campo profissional autônomo, dotado de suas próprias regras e direitos.

Eis o que é preciso mudar: através da criação de um espaço transversal dentro da universidade, que junte as diversas licenciaturas (e seus estudantes) e que junte essas licenciaturas às escolas de educação básica (e a seus professores). Primeiro, é preciso construir um espaço comum, dentro da universidade, para tratar da formação de professores; esse espaço tem de ser dotado de grande legitimidade e poder institucional, na medida em que a formação de professores é um problema de toda a universidade. Segundo, é preciso construir um espaço comum, entre a universidade e as redes escolares, constituído por representantes da universidade, das escolas, dos professores e dos gestores educacionais; esse espaço configura-se como um “terceiro espaço”, um “território institucional”, com grande autonomia e flexibilidade, em que, a partir da formação inicial, podem-se desenvolver atividades de formação continuada, de indução e de desenvolvimento profissional docente, de extensão, de inovação pedagógica etc.

Trata-se, no fundo, de construir um contrato, interno e externo, que dê corpo ao compromisso da universidade com a educação básica, tendo como porta de entrada uma nova dinâmica de formação de professores. É urgente dar legitimidade e poder aos próprios professores da educação básica na formação das gerações futuras de docentes. Nesse espaço comum, deve haver: i) uma valorização do conhecimento próprio dos professores – o conhecimento profissional docente –, que não substitui nem o conhecimento científico, nem o conhecimento didático, mas tem características próprias, imprescindíveis à formação de um professor; ii) uma valorização dos professores da educação básica como formadores, de pleno direito, e não apenas como “ajudantes” dos professores universitários; iii) uma valorização de espaços comuns dentro e fora das universidades, com uma orgânica própria, com órgãos próprios de direção, em que têm assento os professores universitários, mas também os professores da educação básica.

Um processo desse tipo implica muito trabalho institucional e muita aprendizagem mútua de regras e de rotinas, em grande parte semelhantes às que já existem para a formação médica, nos hospitais universitários.

Entrevistadoras: Fazendo alusão a suas duas últimas obras, *Escolas e professores: proteger, transformar e valorizar* e *Professores: libertar o futuro*, é possível dizer que há uma inquietação recorrente em seus estudos, que faz frente à importância da transformação da educação que passa, necessariamente pela valorização do papel dos professores como construtores de um novo modelo escolar, mais inclusivo e democrático. Em alguns de seus vídeos, é possível perceber o quanto está comprometido em despertar condições para que essa mudança aconteça. Você utiliza também, como referência, o livro *Esperando não*

se sabe o quê: sobre o ofício de professor, de Jorge Larrosa, em que o autor reflete sobre as questões relacionadas a educação, experiência e surpresa presente na prática educativa. Com base nessas inquietações e nas mudanças dos cenários econômicos, sociais e culturais, mantendo a esperança, mas rompendo com o otimismo ingênuo, como você mesmo provoca, **poderia compartilhar aqui outras ideias suas de futuro?**

Nóvoa: Minha resposta está no título de um livro que publiquei em Salvador (Bahia), em colaboração com Yara Alvim: *Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar*.

Primeiro, é preciso *proteger* essa instituição única e insubstituível que se chama “escola”, em particular em sua dimensão pública. Segundo, é preciso *transformar* as escolas, *trans*-formar. Não se trata de pôr em causa sua existência ou natureza, mas de encontrar novas disposições do espaço e do tempo, novas configurações pedagógicas. Terceiro, é preciso *valorizar*, sobretudo o trabalho dos professores. Como é possível *articular o novo com o velho*, sem cair na pretensão de acreditar que podemos começar sempre o mundo de novo, mas também sem diminuir o impacto do novo.

Talvez o mais importante seja mesmo aprendermos a navegar em um “oceano de incertezas”. Arjun Appadurai, um dos membros da *Comissão Internacional sobre os futuros da educação*, explica bem o sentido de pensar o futuro em educação: “A educação pode ajudar-nos a conceber as nossas próprias transformações, em vez de simplesmente reagirmos às transformações que nos são impostas. [...] Para fazer da educação a parceira de múltiplos futuros, precisamos de abraçar a incerteza em vez de a suprimirmos ou evitarmos”. (Appadurai, 2023).

Interessam-me sobretudo as escolas públicas, onde estão todas as crianças, independentemente de quem são e de onde vêm. O público cria públicos, destina-se a produzir uma realidade comum. *Comumente*. Publicar as escolas públicas, dar pública notícia de seu trabalho. Neste tempo de divisões e fragmentações, precisamos reforçar as dimensões comuns da existência humana. Não basta dizer que somos interdependentes. A educação alimenta-se de narrativas comuns, de histórias que unem na diversidade. Cooperação. Solidariedade. Os direitos humanos são o comum da humanidade que as escolas devem publicar. A educação é a única prova concreta da existência da humanidade.

Referências

APPADURAI, Arjun. **Getting ahead of the curve of uncertainty**. In: UNESCO. [S.l.], 06 jul. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/getting-ahead-curve-uncertainty>. Acesso em: 19 ago. 2024.

AQUINO, Julio Groppa. A Discursividade Educacional Contemporânea: uma aproximação exploratória. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, e08804, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742022000100103&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 ago. 2024.

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, p. 37-55, 2010.

BIESTA, Gert. What kind of society does the school need? Redefining the democratic work of education in impatient times. **Studies in Philosophy and Education**, Dordrecht, v. 38, n. 6, p. 657-668, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

NÓVOA, António. **Escolas e Professores: proteger, transformar, valorizar**. Salvador: Sec/IAT, 2022.

NÓVOA, António. **Professores: libertar o futuro**. São Paulo: Diálogos embalados, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 01 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação**. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte : Fundación SM, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>. Acesso em: 01 maio 2023.

REBOUL, Olivier. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Global report on teachers: addressing teacher shortages and transforming the profession**. 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388832>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Submetido: 19/08/2024

Aceito: 30/10/2024